

O jardim adormecido: por onde anda o turismo sustentável que (não) está aqui?

Ana Valéria Endres¹

Resumo

O Jardim Botânico Benjamim Maranhão / Mata do Buraquinho/PB é uma singular área protegida por comportar resquícios de Mata Atlântica em seus limites e por representar um importante atrativo em vias de consolidação no mercado turístico pessoense. Nesse contexto, o trabalho projeta uma discussão sobre como as bases do planejamento turístico sustentável devem ser percebidas na gestão de áreas naturais e sua aplicabilidade por meio da análise das ações internas e externas desenvolvidas pelo Jardim Botânico. Diante de tal análise, conclui-se que entender as bases que sustentam a operacionalização e o planejamento da atividade turística é condição imprescindível aos gestores de áreas naturais; primeiro, porque esses ambientes fazem parte de um sistema mais complexo e sua gestão não pode se resumir aos limites da área natural; segundo, para que não se subestime o papel do turismo na sociedade atual, entendido por muitos, apenas, em seus aspectos funcionais que tendem a reduzir e simplificar sua operacionalização e condição.

Palavras-chave: turismo; planejamento; sustentabilidade; Jardim Botânico Benjamim Maranhão.

Abstract

The Benjamim Maranhão Botanical Garden/ Buraquinho ("Little Hole") Forest — located in João Pessoa, Paraíba State — is a very special protected area, because exits in his perimeter an Atlantic Forest remains. This space also represents an important attraction in the consolidation process of the tourist activities in the city. In this context, this research discusses the internal and external actions developed by the Botanical Garden Administration, focusing the theme of the sustainable tourism planning as a basis in the administration of natural areas, with a large applicability and as an indispensable condition to the natural areas managers, considering they are part of a more complex system and its administration cannot be reduced to the limits of the park. The role of tourism in this scene would not to be underestimated, as some sectors of the society does actually, reducing this activity only to functional aspects, simplifying the problem of its condition and managing.

Key words: tourism; planning; sustainable, The Benjamim Maranhão Botanical Garden.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA. Especialista em Ecoturismo pelo NUMA/UFPA. E-mail: valendres@hotmail.com . Rua José Bentes Monteiro, 121 - Bairro dos Estados.- João Pessoa/PB. CEP 58031-140.

1. Introdução

É consenso afirmar que, se hoje a natureza exerce um grande fascínio sobre o homem, é muito graças ao cotidiano que o impossibilita de um contato mais próximo com o meio natural. A selva de pedra, aos poucos, foi trocada por locais paradisíacos e por novas possibilidades de desfrute da natureza e dos recursos naturais. Nesse ínterim, o lazer apresenta-se como forma de contemplar e conhecer, na natureza, o sentido e a importância de se preservarem os recursos naturais que foram tão depredados por força dos interesses econômicos e políticos que se somaram e subsidiaram enormes devastações.

Hoje, a gestão de áreas naturais, além da finalidade quase que exclusiva de preservar a biodiversidade, tem como desafio tentar resgatar o papel original aos primeiros objetivos das áreas protegidas no século XIX, que serviam como grandes espaços de lazer e diversão, onde o homem podia refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono. Naquela época, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem como recurso a ser explorado e transformá-la em ilhas intocáveis onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la (DIEGUES, 1994).

Passado mais de um século, volta-se novamente à necessidade de recuperar a relação homem / natureza, abalada pelo vertiginoso crescimento da industrialização e das culturas que reverenciam as áreas urbanas como o cerne moderno da sociedade. Nesse atual contexto, ao ecoturismo — segmento mais usado em atividades turísticas realizadas em harmonia com a natureza em contraposição às atividades de “massa” mais tradicionais —, é dado o papel de agente apaziguador dos conflitos entre o meio natural e a busca pelo desenvolvimento econômico.

Entretanto, o ecoturismo ainda se está consolidando no mercado brasileiro, principalmente no Nordeste e, em especial, no estado da Paraíba. Apesar de tímida, já que outros estados despontam com fluxos bem maiores, a Paraíba começa a atrair turistas cada vez mais interessados em conhecer as belezas e o diferencial que tem a oferecer (SEBRAE, 2002). E uma área, em especial, começa a destacar-se: a Mata do Buraquinho — área verde que representa um pequeno resquício daquela que foi uma das mais representativas matas do Brasil: a Mata Atlântica.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo principal analisar as práticas ecoturísticas desenvolvidas no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, que administra a maior parte da Mata do Buraquinho, por meio das ações internas e externas que apresenta. Com base na análise dessa especificidade local, tem como objetivo também: a) mostrar que o planejamento turístico, em áreas protegidas, não pode prescindir dos fundamentos que orientam a compreensão da atividade turística e do planejamento de destinações turísticas que, de modo geral, é a base para o entendimento do que seja um turismo sustentável; b) atentar para a importância da atuação dos gestores dessas áreas, que deve estar baseada nesse conhecimento para pôr em prática um turismo sustentável por meio do segmento ecoturístico.

Em termos metodológicos, foi fundamental uma pesquisa bibliográfica na tentativa de suprir as necessárias discussões que o tema sugere. A pesquisa empírica foi desenvolvida concomitantemente aos desdobramentos teóricos apresentados inicialmente. Assim, para a

coleta dos dados foram realizadas inúmeras visitas *in loco* com o intuito de observar e avaliar as estruturas apresentadas pela área, analisar os documentos disponibilizados pela administração e realizar entrevistas com o administrador do Jardim Botânico e os guias que ali atuam.

O artigo está dividido em dois eixos. O primeiro apresenta um panorama sobre a complexidade da atividade turística e seu planejamento em bases sustentáveis. Em função do ambiente onde esse turismo é praticado e pelas bases sustentáveis que lhes são inerentes, orienta-se a discussão sob o prisma do ecoturismo e seu planejamento em áreas naturais.

O segundo eixo apresenta um estudo sobre as ações internas e externas desenvolvidas pelo Jardim Botânico com fins turísticos/ecoturísticos e a análise de como essas ações atendem aos pressupostos do planejamento do turismo sustentável, apresentadas no primeiro eixo.

2. Turismo, planejamento e sustentabilidade

Hoje, as grandes discussões mundiais giram em torno, principalmente, das preocupações com a conservação ambiental, das atividades produtivas que possam possibilitar usos mais harmoniosos dos recursos naturais ao mesmo tempo em que atendam às necessidades econômicas, das questões sobre sustentabilidade e das formas que possam tornar utopias em realidades. Nesse contexto, à atividade turística é dada a possibilidade, quando planejada, de estimular práticas sustentáveis e conservacionistas nos ambientes onde se desenvolve. Porém, antes de entrar especificamente nessas questões, é importante apresentar o que pode ser entendido como turismo, suas dificuldades conceituais, sua singularidade como produto e as nuances que determinam sua complexidade e seu planejamento.

Muitas são as discussões que tentam projetar as bases conceituais que levem a um maior entendimento do turismo, principalmente a partir da década de 1950, em função das proporções assumidas por este como fenômeno econômico e social em vários países do mundo, além dos impactos que ele suscita e que o envolvem.

De acordo com Andrade (1998), é necessário percorrer um longo caminho para esclarecer posições, dirimir impasses e resolver as dificuldades existentes no campo teórico que, ainda hoje, afetam, com gravidade, a própria compreensão do turismo. Segundo esse autor, existem várias dimensões conceituais sobre turismo, como as etimológicas, as funcionais e as estruturais. Traçando pontos positivos e conflituosos sobre as mesmas, entre as funcionais e estruturais, as conceituações etimológicas são as que menos suscitam problemas, haja vista a clareza sobre a forma e a estrutura do termo “turismo” que é de origem francesa. Porém o mesmo não ocorre com as conceituações funcionais que tendem a projetar aspectos parcelados do turismo, seja como uma atividade vinculada apenas aos aspectos relacionados com viagens de recreio e lazer fora do local de morada ou destinados à análise e sistematização de aspectos econômicos, cambiais e legais (ANDRADE, 1998).

De maneira geral, as conceituações funcionais, ainda muito correntemente utilizadas entre pessoas e instituições ligadas ao turismo, apresentam limitações e insuficiências para abarcar a complexidade que o fenômeno apresenta atualmente. Assim, análises mais acuradas e esclarecimentos mais profundos a respeito da própria estrutura do turismo são indispensáveis. Nesse contexto é que se inserem as conceituações ditas estruturais.

As conceituações estruturais possuem, como base, a noção da interdisciplinaridade do turismo. Entre essas conceituações estão as chamadas holísticas e sistêmicas, nas quais se considera “do estudo do turismo, como um todo, suas funções, estruturas e relações” (REJOWSKI, 1996, p. 41). Como exemplos, estão os estudos sistemáticos da estrutura do turismo; seu lugar nos grandes contextos que o geram e o acomodam; suas funções nos âmbitos pessoal, grupal, empresarial, governamental e de sistemas; fatores que o influenciam e os que por ele são influenciados, etc.

É importante salientar que a proliferação de várias conceituações que tentam captar a essência da atividade turística mostra os avanços de seu entendimento diante de uma realidade complexa como a vivida atualmente, que não atende mais apenas a setores específicos da sociedade, mas à própria sociedade. Assim, entender o turismo e sua prática remete à convicção de que o planejamento é indispensável e de que o turismo pode e deve ser sustentável.

Aliado à compreensão das diversas possibilidades de caracterizar conceitualmente a atividade turística, desde as definições mais restritas até as mais abrangentes, faz-se necessário, também, compreender os aspectos técnicos, indispensáveis ao entendimento do processo de planejamento do turismo sustentável, que se revelam no conhecimento irrestrito do ambiente da atividade que é a destinação.

Cooper (2001) defende que, apesar das destinações serem variadas, possuem quatro características comuns. Primeira: as destinações são amálgamas que agregam atrações, sejam naturais ou artificiais; amenidades, como hospedagem, alimentos, vendas e outros serviços; acessos e serviços auxiliares, como atividades de *marketing*, desenvolvimento e coordenação. Desse modo, as destinações apresentam-se de formas variadas em contextos culturais, econômicos e ambientais diferentes.

Em termos técnicos, a destinação projeta também uma infinidade de produtos a serem consumidos por diferentes tipos de turistas quando somados atrativos e facilidades (amenidades) que aí estão incluídas. Nesse aspecto, Beni (1998) observa que o produto turístico é um produto composto, concebido com base em uma série de outros serviços, resultado de um conjunto de subprodutos, dos quais cada um pode ser chamado produto turístico. A escolha pelo turista de consumir um grupo destes ou daqueles serviços e atrações turísticas determina o produto turístico final, que pode ser composto pelo próprio consumidor.

A principal implicação do amálgama e, conseqüentemente, do produto turístico, remete a que a qualidade dos serviços prestados seja razoavelmente uniforme para que não haja comprometimento da destinação.

A segunda característica das destinações, proposta por Cooper (2001), determina que sejam experiências culturais. Nesse aspecto, o autor alerta para a padronização e a homogeneização das destinações, reflexos muitas vezes dos modismos projetados em função dos valores sociais de cada época. Isso, aliado à terceira característica, que retrata a condição de inseparabilidade da destinação, ou seja, o turismo é consumido onde é produzido, sugere implicações desastrosas em ambientes frágeis, na maioria das vezes naturais, vulneráveis às pressões dos turistas.

A última característica defende que as destinações são utilizadas não apenas por turistas, mas também por outros grupos, ou seja, caracteriza-se por sua utilização múltipla. Isso significa dizer que é possível classificar empreendimentos e atrativos de acordo com o fato de dependerem, ou não, apenas do turismo, apenas dos residentes ou de ambos. Geralmente, a maioria dos locais compartilha o turismo com outros usos, como as áreas naturais que projetam usos educativos, conservacionistas, preservacionistas, científicos, etc., além do uso turístico.

O uso compartilhado pode tornar-se uma fonte de conflitos em função do antagonismo demonstrado entre turistas e residentes e, para que isso não ocorra, segundo Cooper (2001), a solução envolve a integração cuidadosa das atividades de várias formas: organizar a utilização do turismo em estágios de tempo e zoneamento de seus usos no espaço por meio de esquemas de gerenciamento; desenvolver um planejamento turístico impulsionado pela comunidade para garantir que a atividade se desenvolva em harmonia com suas aspirações; e realizar campanhas publicitárias para informar residentes locais e campanhas informativas e códigos de conduta voltados para os turistas (COOPER, 2001).

De forma resumida, as destinações turísticas, caracterizadas por esses elementos, apresentam-se de formas variadas, criando uma gama enorme de destinações disponíveis. Entre essas, estão os *resorts* costeiros e os de montanhas, as cidades históricas, os festivais e eventos, as destinações construídas por razões específicas, como os parques temáticos, os complexos de encontros e conferências para quem viaja a negócios e, também, os ambientes naturais que recebem demanda de turistas e são estruturados para tal fim, como o Jardim Botânico Benjamin Maranhão.

Caracterizadas assim, as destinações turísticas engendram elementos para o seu planejamento que devem ser cuidadosamente avaliados. A junção, em um mesmo espaço, dos equipamentos e das estruturas necessárias para o adequado atendimento aos turistas, a fluidez destes em função das motivações que os animam a deslocar-se, mais a subjetividade/imaterialidade dos sentimentos e das emoções propostas e das atendidas pela atividade turística, fazem desta uma atividade extremamente complexa para se planejar.

Entretanto, em sentido oposto, o planejamento tem como função reduzir essa complexidade por meio da necessária atuação conjunta de vários grupos de interesses, como órgãos governamentais, empresários, associações e comunidade (ENDRES, 2003). O maior envolvimento desses no processo de tomada de decisão é a base da proposta de um turismo sustentável e, conseqüentemente, do ecoturismo (HALL, 2001).

Entretanto, para fazer com que o ecoturismo, entendido aqui como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994 *apud* ENDRES, 1998, p. 45), de fato seja uma realidade em áreas protegidas, foco deste estudo, muitos problemas devem ser sanados.

De acordo com Irving (2002), os principais problemas que giram em torno do planejamento dessas áreas são: a pouca utilização dos estudos de capacidade de carga; a carência de informações e dados sistematizados sobre as áreas naturais protegidas, reflexo da escassez de pessoal qualificado para atuar — segundo a autora —, não apenas na condição de guia, mas também como decodificador de informações técnicas e como

parceiro no processo de busca do conhecimento; a dificuldade do trabalho interinstitucional em razão da falta de um mecanismo sistemático de integração entre os órgãos que seja eficaz na gestão de áreas protegidas; a carência de infra-estrutura mínima de apoio ao ecoturismo; e, por fim, a falta de profissionais especializados em turismo sustentável, especialmente em áreas protegidas.

Esse último ponto, em especial, não está condicionado apenas à realidade brasileira. Muitos são os atuais gestores de áreas protegidas que possuem lacunas e dúvidas de como desenvolver ou inibir, conforme as especificidades da área, o turismo/ecoturismo como elemento legítimo para a preservação da diversidade biológica e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, como forma de minimizar essas deficiências, encontradas em várias áreas protegidas, Elizabeth Boo (1995) propõe, por meio do documento *Diretrizes para diagnóstico e planejamento do ecoturismo* — que faz parte de uma série de publicações técnicas da *World Wildlife Fund (WWF)* sobre *áreas selvagens e necessidades humanas*—,

ações que possam auxiliar os gestores em planejamento do turismo a criar uma estratégia ecoturística de desenvolvimento e gestão que lhes permita fomentar ou desestimular o ecoturismo, conforme o que for mais apropriado para a área.

A primeira etapa do diagnóstico, denominada *avaliar a situação atual*, está subdividida em dois pontos. O primeiro refere-se às questões internas aos limites da área, que devem informar: os recursos naturais existentes e sua relação com o uso turístico; o nível da demanda de turistas e volume de visitas; a infra-estrutura / as instalações; e os funcionários da área. Essas informações devem ser analisadas em função dos custos/benefícios que podem projetar o desenvolvimento do turismo.

O segundo ponto diz respeito às características que ultrapassam os limites da área. Nesse momento, as informações adquiridas devem focar: a interação entre a área protegida e as comunidades locais; as formas de participação do setor privado no turismo praticado na área; estudos sobre as outras atrações regionais ou próximas que possam ser agregadas para a constituição de um produto ecoturístico e sobre a infra-estrutura básica de acesso e transporte que possam dar suporte ao consumo desse produto; e questões de caráter nacional/regional, referentes aos aspectos políticos, legais, administrativos e orçamentários que possam permitir ou coibir futuras ações.

A segunda etapa do diagnóstico, denominada *determinar o nível de turismo desejado e criar um plano* é também subdividida, seguindo os mesmos critérios da etapa anterior. Entretanto as propostas específicas aos ambientes interno e externo da área, embasadas no diagnóstico elaborado na primeira etapa, devem ser projetadas com base em *workshops* que possuem quatro objetivos básicos: 1. reunir representantes de vários setores em torno de metas que promovam o desenvolvimento do turismo na área; 2. criar um elo entre os grupos e formar uma comissão ecoturística; 3. identificar o melhor programa para o desenvolvimento do ecoturismo; 4. determinar a estratégia para viabilizar esse programa (BOO, 1995).

A implementação dessa metodologia de trabalho tem como intuito garantir que haja um equilíbrio entre os diversos interesses que transitam entre a preservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria

da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas. Nesse sentido, a busca do consenso é fundamental para que as ações possam ser identificadas, priorizadas, executadas, monitoradas e reavaliadas.

A terceira e a última etapa tratam da importância de redigir, publicar e divulgar a estratégia ecoturística de desenvolvimento e gestão, projetada para a área como forma de ampliar as fontes de informações tão carentes sobre o planejamento ecoturístico em áreas protegidas.

Diante do exposto, é inevitável avaliar que os instrumentos que possibilitam condições de participação e sustentabilidade imprimem ao processo de planejamento a diminuição da complexidade quando o intuito é propiciar um turismo responsável/ sustentável.

Nesse sentido, avaliações individualizadas, tendo em vista as especificidades de cada área, de como o processo de planejamento do turismo é percebido e realizado, são muito importantes para entender até que ponto essa atividade pode maximizar oportunidades e minimizar problemas, sejam ecológicos, econômicos, sociais, culturais e/ou espaciais.

Assim, entender o significado do turismo, as bases técnicas que o estruturam, a complexidade que lhe é inerente e as possibilidades de desenvolvimento que pode propiciar por meio do vasto instrumental para o seu planejamento deve ser condição básica aos gestores para que possam definir ações mais incisivas e exequíveis nos espaços naturais ainda disponíveis e nas populações que habitam o entorno. Diante dessas condições, é que se propõe a análise das ações desenvolvidas pelo Jardim Botânico Benjamim Maranhão.

3. O Jardim Botânico Benjamim Maranhão: análise das ações internas e externas

A Área de Preservação Permanente da Mata do Buraquinho compreende atualmente 515 hectares de floresta e está localizada próximo ao centro urbano de João Pessoa, ao lado do Campus da Universidade Federal da Paraíba e tem em volta bairros, como Jaguaribe, Torre e Rangel, sendo este último composto por uma população de baixa renda em relação aos outros. Dois órgãos respondem por sua administração: a Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente — SUDEMA —, representante estadual, responsável por 326 hectares, e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente — IBAMA —, de cunho federal, responsável por 189 hectares.

No dia 28 de agosto de 2000, por meio do Decreto nº. 21.264, a maior parte da Mata do Buraquinho, sob responsabilidade da SUDEMA, foi transformada em Jardim Botânico, com finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico, acessível ao público, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (SUDEMA, 2005).

Diante disso, a análise apresentada é focada, especificamente, na área restrita ao Jardim Botânico, pois, além de as finalidades inerentes a essa área protegida estarem mais condizentes com a discussão deste artigo, apresenta outras características fundamentais que orientam sua escolha, como: abranger uma área maior da Mata; comportar o maior número de trilhas — onze do total de treze trilhas que a Mata possui —; e, principalmente; apresentar uma estrutura de suporte à visitação melhor desenvolvida do que a parte sob responsabilidade do IBAMA.

As análises a seguir enfocam dois pontos distintos, entretanto complementares quando se tem como fim último o desenvolvimento de um turismo sustentável por meio da efetivação de todas as benesses que o ecoturismo em áreas naturais pode trazer.

O primeiro ponto, e talvez o menos problemático, diz respeito ao planejamento das questões internas, que, segundo Boo (1995), margeiam as ações sobre: infra-estrutura/instalações; recursos naturais existentes e sua relação com o uso turístico; nível da demanda de turistas e volume de visitas; e funcionários da área. O segundo ponto, extremamente complexo, diz respeito ao planejamento que extrapola os limites da área protegida que inclui questões como integração e participação de atores nos quais os gestores das áreas não possuem ingerência direta, como a comunidade, os empresários e outros setores governamentais.

3.1 Ações internas

Para avaliar o planejamento destinado à área são analisados os aspectos: infra-estrutura de visitação e trilhas; estudos, impactos e capacidade de carga recreativa; visitação e motivação; e administração, funcionários e guias (ENDRES e BRITO, 2006).

Infra-estrutura de visitação e trilhas

A satisfação das condições da infra-estrutura de visitação tem como objetivo assegurar uma visitação de qualidade que garanta a segurança e o maior aproveitamento possível das atrações que a área possa oferecer antes, durante e após o passeio, sempre em consonância com os objetivos de conservação.

Dos itens — guarita de segurança, anfiteatro, auditório, sala de exposições, centro de visitantes, área do estacionamento, biblioteca, lixeiras de manutenção e trilhas —, não foram implantados o anfiteatro e outros equipamentos que ainda se encontram em construção, como o viveiro, o orquidário e o mirante. As obras estão atrasadas em função dos poucos recursos disponíveis no setor público e principal forma de captação da administração.

Todos esses elementos são extremamente importantes de serem obedecidos para que a estrutura de visitação turística, em área natural, seja caracterizada pela boa qualidade; entretanto são as trilhas e as características de sua utilização que dão aos visitantes uma referência em modelo de passeio em área natural protegida.

As trilhas que serpenteiam o Jardim Botânico são seu principal atrativo. Segundo Paganí (1996), elas podem ser guiadas — por ser necessária a presença de guia especializado durante toda visitação; autoguiadas — o visitante tem a possibilidade de seguir o passeio sem um guia, utilizando para tanto material informativo devidamente colocado durante todo trajeto da trilha; ou interpretativas — os recursos identificados têm como objetivo elucidar questões sobre o meio ambiente para o visitante, promovendo a educação ambiental em sinergia com a preservação da fauna e da flora regional.

O tipo de trilha para utilização dos visitantes, no Jardim Botânico, é a trilha guiada, com a presença constante de um guia, responsável pela condução dos turistas e dos demais visitantes. Até o momento, as trilhas autoguiadas e interpretativas não foram exploradas

pela administração; não há, nem mesmo, uma sinalização apropriada para apresentar aos visitantes as especificidades do local.

Além da falta de estrutura para as trilhas autoguiadas e interpretativas, um outro motivo para a prática de trilhas guiadas são as pressões exercidas pelas precárias condições de segurança, isso porque já foram registradas ocorrências, na mata, de roubos e extração de madeira ilegal. Assim, todos os passeios, além da presença do guia, sempre são escoltados por membros da polícia florestal.

Diante das possibilidades de uso, a precariedade da segurança no local inviabiliza a prática de trilhas autoguiadas, porém não impede o desenvolvimento de roteiros interpretativos, haja vista a enorme potencialidade criativa que a área oferece, além de viabilizar mais um diferencial para a visitação de áreas naturais por pequenos grupos de visitantes.

Estudos, impactos e capacidade de carga recreativa

Como já frisado na primeira parte deste artigo, a importância do planejamento turístico se manifesta em função de tentar minimizar os vários impactos provenientes da atividade turística, sejam eles ambientais, sociais ou culturais. Sobre áreas protegidas, especialmente, um dos elementos desse planejamento, são os estudos de Capacidade de Carga Recreativa — CCR, definida como “o número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável no ambiente físico e sem o declínio inaceitável na qualidade da experiência do visitante” (MATHIESON e WALL, 1982 *apud* WILLIAMS e GILL, 2001, p. 246).

Para áreas naturais, os estudos de CCR alertam desde o limite de visitantes que comporta um espaço definido e em um tempo determinado até estudos mais complexos que consideram variáveis físicas, ambientais, ecológicas, sociais e de manejo que incluem também variáveis, como legislação, políticas, equipamentos, alocação de recursos humanos, financeiros, infra-estrutura e outras de difícil medição (BENI, 1998).

Entretanto as limitações da CCR referem-se à ausência de critérios para se determinar o que é um alto grau de satisfação para o visitante ou o que é um significativo impacto ambiental. Assim, propor um uso turístico/recreativo sem impactos negativos significa que todo tipo de uso deveria ser proibido, pois qualquer uso que seja vai alterar as propriedades físicas, químicas e biológicas dos ecossistemas. Nesse sentido, para estudos mais consistentes deveriam ser utilizadas estruturas alternativas de planejamento, como limites de mudanças aceitáveis/*limits of acceptable change* — LAC —; administração do impacto das visitas/*visitor impact management* — VIM —; experiência do visitante e proteção dos recursos/*visitor experience resource protection* — VERP —; e modelo de gestão e otimização do turismo/*tourism optimisation management model* — TOMM (MELO, 2006; MELO; CRISPIM e LIMA, 2005).

Tais estudos são extremamente importantes, porém nem sempre são possíveis de serem realizados em função de complexidade, falta de recursos e carência de profissionais especializados. E o Jardim Botânico não está distante dessa realidade, pois não foram realizados ali estudos que estipulem uma capacidade tida como ideal para a área. O atual número de trinta pessoas por trilha foi estipulado com base no bom senso dos administradores locais.

Todas as onze trilhas podem ser visitadas, considerando-se apenas o número de visitantes e o horário do passeio, que pode ser realizado das 8h às 9h30min da manhã e, à tarde, das 13h às 15h. São essas informações que definem qual a melhor trilha a se seguir, já que é adotado pela administração um sistema de rodízio, em que a trilha, que foi percorrida por um passeio anterior, não seja reutilizada, evitando-se danos, como a compactação do solo e a degradação da flora em algum ponto. Cada trilha pode levar de 30 minutos a 1h30min para ser feita, dependendo muito das condições climáticas, como chuva ou ainda a luminosidade. A limitação do tempo de permanência está condicionada pela incidência da luz do sol, que se torna muito escassa em certos horários do dia por serem as trilhas de mata fechada, o que dificulta a contemplação da paisagem e mesmo a circulação segura pelas mesmas.

Visitação e motivação

Neste tópico, em especial, não serão feitos aprofundamentos sobre análise de demanda e estudos específicos sobre a motivação dos indivíduos que visitam o Jardim Botânico porque não foi possível realizar pesquisa direta com os mesmos. Entretanto, em razão da crescente procura por atrativos naturais, é prudente alertar sobre a importância desses dados para o planejamento turístico dessas áreas, tão bem evidenciados por Boo (1995).

A atual infra-estrutura de visitação da área, caracterizada por trilhas guiadas, condiciona os procedimentos que devem ser seguidos para a realização das visitas. Assim, de acordo com as informações dadas pela administração do Jardim Botânico, todos os grupos interessados em visitá-lo devem procurar agendar previamente a visita para que se possa elaborar um calendário específico.

Essa situação é mais freqüente com grandes grupos de pessoas, levados principalmente por escolas, interessados em conhecer o pequeno resquício de Mata Atlântica ainda existente em zona urbana. Muitos colégios de outros estados também fazem visitas, agendando na administração. Para se confirmar o grupo, os responsáveis devem encaminhar um ofício no qual deve constar o total de visitantes, a faixa etária e a origem dos mesmos e, ainda, a que se destina a visitação.

Munida desses dados, a administração formula o censo demográfico e o respectivo perfil das pessoas que visitam a área. Em média, são setecentas pessoas por mês, constituindo uma faixa etária de 12 a 25 anos de idade, na sua maioria, residentes em João Pessoa e cidades do interior do estado. Muitas escolas de outros estados agendam suas visitas pelas agências de turismo, não de João Pessoa, mas da cidade de origem dos mesmos.

Nesse contexto, as dúvidas de que ao Jardim Botânico só caberiam práticas de educação ambiental podem ser dirimidas considerando-se a grande freqüência de estudantes de outras localidades do estado e da região, conhecida cada vez mais por turismo pedagógico, entendido aqui como “aquele que serve às escolas em suas atividades educativas que envolvem viagens” (ANDRIOLO e FAUSTINO, 2000, p. 165 *apud* NÓBREGA, 2003, p. 10) — segmento que é perfeitamente complementar ao desenvolvimento do ecoturismo.

Uma pequena parcela dos visitantes chega em grupos de até cinco pessoas, ou mesmo grupos ainda menores, que muitas vezes não agendam a visita. Para esses visitantes, em menor número, existe a possibilidade de conhecerem as dependências do Jardim Botânico e algumas trilhas, mesmo que, no momento, não haja a presença de um guia especializado.

Entretanto, sem as condições mínimas de sinalização e nenhum material informativo, a experiência da visita é pouco aproveitada. Nessa categoria, estão os visitantes espontâneos, caracterizados por famílias, universitários e pesquisadores que residem na cidade, os visitantes que não residem em João Pessoa e os estrangeiros.

Foi observado que os visitantes que não moram em João Pessoa não encontram, nas agências, passeios que incluam o Jardim Botânico. De acordo com os guias, eles recolhem as informações necessárias junto aos moradores da cidade, que indicam a melhor forma de se chegar ao local. A região de origem de muitos deles é o Nordeste, de estados como Maranhão, Bahia e Sergipe.

Com relação aos estrangeiros, são cerca de quarenta visitantes por mês, com uma média de dez por semana. Por falta de estrutura para recepcionar esses visitantes, não há como precisar maiores informações sobre a origem e o perfil dos estrangeiros. Sabe-se apenas que chegam grupos de três a cinco pessoas por vez.

Diante desse quadro, é possível perceber as motivações que movimentam tais grupos. Segundo Cooper (2001), podem estar baseadas: 1. em aspectos sociológicos ou psicológicos de normas, atitudes, cultura e percepções adquiridas; e/ou 2. na imagem da destinação, criada por meio de vários canais de comunicação, que irá influenciar a motivação e, posteriormente, afetar o tipo de viagem escolhida. De maneira geral, todos os grupos de visitantes estão inseridos na primeira dimensão, tendo a educação ambiental como principal motivação para a visita; e o lazer contemplativo virá como motivação secundária.

Quanto à segunda dimensão, apesar dos trabalhos de divulgação dos órgãos de fomento do turismo no município e no estado, que consideram o Jardim Botânico/Mata do Buraquinho e o divulgam como um dos principais atrativos da capital paraibana, pouca ou nenhuma importância é dada pela administração da área à possibilidade de trabalho conjunto, pois o Jardim Botânico ainda se encontra distante do planejamento do turismo de tais órgãos, considerando-se a falta de relações e ações que o aproxime de ambas as instituições públicas.

Administração, funcionários e guias

Existem cerca de trinta funcionários trabalhando atualmente em atividades que vão desde a parte administrativa até o atendimento específico aos visitantes. Entretanto, a recepção inicial é feita sempre por um dos seis estagiários que ali se encontram.

No caso de turistas estrangeiros, somente algumas pessoas é que estão habilitadas para percorrerem as trilhas, já que os estagiários e alguns funcionários não dominam outras línguas, como inglês, francês e espanhol.

Por meio de entrevistas concedidas pelos próprios guias — na maioria, estagiários de cursos de graduação em turismo — e pela administração, observou-se que há um treinamento dado ao pessoal disponível sobre o funcionamento do Jardim Botânico e seus objetivos, o que inclui uma orientação específica em relação à preparação dos guias.

Entretanto, um dos principais problemas enfrentados pela atual administração está no setor administrativo. Como a maioria dos funcionários é proveniente da SUDEMA, não há um

quadro de funcionários efetivamente vinculado ao Jardim Botânico que possa atender diretamente às carências e necessidades que a atual administração necessita.

Com base nas informações prestadas pelo diretor do Jardim, a ausência desse quadro de funcionários compromete a qualidade de muitos serviços prestados no âmbito institucional. Dessa forma, o atendimento às demandas que vão sendo geradas é suprido por funcionários da SUDEMA, criando-se, pois, uma grande rotatividade de pessoal entre este órgão estadual e o Jardim Botânico. Essa situação, além de comprometer a qualidade dos serviços, dificulta o desenvolvimento de futuras ações de planejamento nessa área, como as propostas por Elizabeth Boo (1995), que orientam a criação de estratégias ecoturísticas de desenvolvimento e gestão.

3.2 Ações externas

Como já definido no primeiro eixo deste artigo, os problemas inerentes às áreas de proteção no Brasil, como a falta de profissionais especializados em turismo sustentável e as dificuldades do trabalho interinstitucional na gestão de áreas protegidas são questões cruciais para a análise das ações externas que devem orientar o planejamento da área.

Alia-se a esses problemas a necessária condição de se considerarem formas de participação do setor privado no turismo praticado na área, estudos sobre as outras atrações regionais ou próximas que possam ser agregados para a constituição de um produto ecoturístico e estudos sobre a infra-estrutura básica, de acesso e transporte, que possam dar suporte ao consumo desse produto (BOO, 1995).

Nesse contexto, em que se faz referência ao planejamento extralimites da área natural, é que se encontra o nó crítico para as reais possibilidades de que, por meio da visita ao local, sejam creditados a esta uma prática sustentável que respeite o patrimônio natural, incentive sua conservação e busque a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

As ações inerentes a esse aspecto, que giram em torno de uma conduta mais participativa e integrada ou, como diria Michael Hall (2001), colaborativa, não encontram esteio na condução e no gerenciamento do Jardim Botânico Benjamim Maranhão. Não há, efetivamente, nenhuma ação que indique um relacionamento de aproximação com outros órgãos governamentais, com empresários e com a comunidade que possa vir a maximizar a utilização da área por meio do ecoturismo.

No que diz respeito às ações do Jardim Botânico, relativas à comunidade situada no entorno, são insignificantes e paliativas, focadas apenas em projetos que procuram capacitar pessoas carentes, por meio de cursos de artesanato que utilizam materiais reciclados e realizam trabalhos em madeira e tecidos.

4. Considerações finais

De maneira geral, analisando-se as estruturas e ações internas postas pelo Jardim Botânico, pode-se considerar que as condições de recepção aos visitantes são razoáveis, pois boa parte da estrutura física planejada já foi executada e há a presença de guias no local. Entretanto poucas são as condições dadas para se estudar realmente a contribuição do

turismo no processo de preservação da biodiversidade do local e a qualidade da experiência vivida pelos visitantes.

Certamente, a área sofre com problemas semelhantes aos de outras áreas naturais protegidas, tão bem explicitados por Irving (2002), que geram obstáculos no atendimento aos objetivos de conservação específicos que condicionaram a sua criação, como pode ser observado pela pouca ou nenhuma utilização dos estudos de capacidade de carga, pela carência de informações e dados sistematizados sobre a área e seus visitantes e pela carência de infra-estrutura das trilhas.

No que diz respeito às ações externas, o ponto crucial gira em torno da atuação e do perfil dos gestores dessas áreas. Mas quem são os gestores? Aqui, a análise passa pelo âmbito institucional, representado por órgãos governamentais — IBAMA e SUDEMA —, que ainda estão inseridos em uma racionalidade específica que norteia as ações do estado e que, mesmo diante das inúmeras demandas — como participação e parcerias —, pouco se estruturaram diante das novas exigências da sociedade. Nesses termos, as práticas que tentam conduzir às ações mais concretas esbarram em uma racionalidade linear de planejamento, com características centralizadas, e que pouca satisfação têm a dar à sociedade (ENDRES, 2002, 2003).

Nesse sentido, as condições de ações interinstitucionais são precárias, como pode ser percebido pelo distanciamento do Jardim Botânico nas ações de divulgação projetadas por outras instâncias governamentais, como a Empresa Paraibana de Turismo — PBTUR — e a Secretaria de Turismo Municipal — SETUR.

Passa também por uma análise dos indivíduos que representam essas instituições e do grau de informação sobre a atividade turística e o comprometimento para gerir ações colaborativas e integradas que extrapolem o âmbito governamental e passem a perceber como parceiros o setor privado, representado pelo *trade* turístico e a comunidade.

Tornam-se inevitáveis aos gestores dessas áreas ações que caminhem nessa direção. Entretanto, apesar do discurso corrente, a ausência de um planejamento nessas bases indica a carência de informação/formação que possibilite controle, coordenação, consciência e estratégias ante os agentes que compõem a destinação e seus produtos. Essas lacunas não podem ser creditadas apenas à falta de recursos materiais, mas, principalmente, à falta de ações mais criativas, sustentadas em conhecimento e informação que extrapolem o âmbito das ciências naturais, do qual provém boa parte dos profissionais que integram os quadros dessas instituições.

Para completar esse panorama, a escassez de pessoal especializado em planejamento do turismo sustentável, nos postos de comando, sustenta a falta de visão dos administradores da área de que o Jardim Botânico é uma destinação turística, e faz com que o local ainda esteja distante do grande público — turistas e moradores — que poderia vivenciar novas experiências nesse ambiente natural.

Para tentar alterar esse quadro, as condições que envolvem o planejamento sustentável de destinos ou atrativos turísticos, propostos neste artigo, com base em Boo (1995) e Cooper (2001), são fundamentais. Assim, entender as bases que sustentam a operacionalização da atividade turística permite aos planejadores de áreas naturais não subestimar o papel do

turismo, entendido, na maioria das vezes, apenas em seus aspectos funcionais que tendem a reduzir e simplificar sua condição.

Exige-se dos gestores de áreas protegidas o entendimento de que esses ambientes fazem parte de um sistema mais complexo e que sua gestão extrapola os limites da área natural. A aproximação entre as instituições e dessas com os empresários e a comunidade é extremamente salutar, principalmente para que a comunidade seja estimulada a tomar conhecimento sobre as atividades realizadas na área e a participar de ações em prol da preservação do local.

Porém um longo caminho deve ser percorrido para que o Jardim Botânico não seja visto apenas como um recurso natural bem protegido ou um atrativo turístico bem equipado. Suas possibilidades, como espaço de usufruto, extrapolam os objetivos de preservação do ambiente ou de exploração pelo mercado turístico para aprofundar as relações que o ecoturismo pode propiciar, como a ampliação da consciência ambiental, o estímulo ao respeito e à valorização do patrimônio natural e o bem-estar das comunidades próximas.

Referências

ANDRADE, J. V. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1998.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. (ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995.

COOPER, C. *et al. Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

ENDRES, A. V. Planejamento estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. *Turismo em análise*. São Paulo: ECA/USP, v. 13, nº. 1, maio 2002, p. 66-78.

_____. Redes políticas como novo instrumento de condução política do estado: contextualização frente à complexidade social e possibilidades para o planejamento turístico. *Revista Turismo — Visão e Ação*. Itajaí/SC: Editora da UNIVALI, v. 5, nº. 3, set./dez. 2003, p. 217-38.

_____. Sustentabilidade e ecoturismo: conflito e soluções a caminho do desenvolvimento. *Turismo em análise*. São Paulo: ECA/USP, v. 9, nº. 1, maio 1998, p. 37-50.

_____. e BRITO, B. D. M. Jardim Botânico Benjamim Maranhão/PB: Aspectos relevantes para o planejamento do turismo. In: VASCONCELLOS A.; BARBOSA, M. R. V. e BANDEIRA, A. G. (org.). *Mata do Buraquinho: ambiente, biodiversidade e conservação de um remanescente urbano de Mata Atlântica*. João Pessoa: Ed. Universitária. (No prelo.)

HALL, C. M. *Planejamento turístico: política, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, M. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas — tendências no contexto brasileiro. In: _____ e AZEVEDO, J. (ed.) *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

MELO, R. S. *Planejamento turístico-recreativo dos ambientes recifais das praias dos Seixas, Penha e Arraial (PB)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

_____; CRISPIM, M. C. e LIMA, E. R. V. O turismo em ambientes recifais: em busca da transição para a sustentabilidade. *Caderno Virtual de Turismo*. 18 ed., dez. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/18/>. Acesso em: 10 set. 2006.

NÓBREGA, J. M. *Turismo pedagógico: uma nova luz para a educação ambiental formal*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Educação Superior da Paraíba. João Pessoa, 2003.

PAGANI, M. I. *et al.* As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A. (ed.) *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

REJOWSKI, M. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (Col. Turismo).

SEBRAE — PB. *Indicadores do turismo: João Pessoa/Paraíba — agosto de 2001 a maio de 2002*. João Pessoa: SEBRAE, FUNDAC, 2002.

SUDEMA. *Jardim Botânico Benjamim Maranhão*. 2005. Disponível em: <<http://www.sudema.pb.gov.br/jbpb/miss.html>>. Acesso em 5 jan. 2005.

WILLIAMS, P. e GILL, A. Questões de gerenciamento da capacidade de carga turística. In: THEOBALD, W. (ed.) *Turismo global*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001.